

## **IMPLICAÇÕES DA ESCRITA E A DOCUMENTAÇÃO DA VIDA DE PESSOAS QUE NÃO ESCREVEM**

LEONOR CARDOSO ROSA (UERJ E SME/DC).

### **Resumo**

Este trabalho visa contribuir com a análise das implicações cotidianas da escrita, das manifestações do escrito como prática social. Saliencia a importância do estudo e recuperação das escritas ordinárias e das pessoas comuns, destacando documentos que retratam parte da trajetória de algumas destas pessoas. Ainda que sejam documentos pessoais, o material analisado não é produzido pelas pessoas em questão, mas representa parte da vida cotidiana de pessoas comuns, de origem popular, e seus familiares. Trabalhos vêm sendo apresentados com o objetivo da viabilização da expressão de diversas vozes, na construção da história, incluindo memórias de grupos e indivíduos diversificados. Sendo assim a análise e o arquivamento de documentos de pessoas comuns, não privilegiadas, podem levar ao reconhecimento de mais vozes, mais fontes, na percepção da realidade, uma vez que, em nosso cotidiano, todos somos marcados por papéis, escritas privadas e públicas. Ao analisarmos as implicações da escrita na vida cotidiana, percebemos que da mesma forma que controla existências, amplia possibilidades de atuação, de inclusão, através de seu domínio. A escrita, enquanto prática social, está determinada historicamente, envolvendo a vida de todos aqueles que fazem parte de sociedades que utilizam o código escrito. Esperamos contribuir com a percepção de que devemos lutar, por um lado, pela ampliação dos estudos sobre a escrita e seus efeitos sobre a vida de cada um de nós, de todos nós, verificando sua influência na vida cotidiana da humanidade e, por outro, pela superação de condições mundiais de exclusão, que ainda limitam o acesso de grande parte da população ao processo de leitura e escrita: leitura e escrita de textos, leitura e escrita de vidas.

### **Palavras-chave:**

Escrita, Memória, Inclusão.

**Presença**

(...)

**A memória padece**

**nesse lugar, que pertencia a algum destino,**

**pelas coisas estranhas**

**e no entanto banais que representam a existência.**

(...)

**(Cecília Meireles, 2001: 686)**

**Tendo por objetivo a investigação das implicações cotidianas da escrita, das manifestações do escrito como prática social capaz de envolver a todos e entendendo a importância do estudo e recuperação das escritas ordinárias e das pessoas comuns, analisaremos alguns documentos que**

retratam parte da trajetória de algumas destas pessoas. Destacamos que, embora sejam documentos pessoais, o material analisado não é produzido pelas pessoas em questão.

Relatamos a forma como tomamos contato com o material analisado. Manuel Cardoso, imigrante português, um senhor hoje com 96 anos (nascido em 05/09/1912), solicitou ajuda, ao rever o que tinha guardado em suas gavetas, dizendo que era muito papel e que faria uma fogueira, pois os mesmos não teriam mais função.

Surpreendemo-nos, pois em meio aos papéis, descobrimos parte da história do Sr. Manuel e de sua família, esposa e filhos, todos portugueses, que vieram para o Brasil. Além de algumas cartas, agendas telefônicas, cartões de visita de diferentes profissionais e amigos, encontramos certidões de nascimento, certidão de casamento, caderneta militar, passaportes, cartas de chamada, inscrições consulares, carteira de trabalho, certificado de sanidade, entre outros.

Na ocasião, refletimos sobre o que o havia levado a guardar tais papéis e o que o estaria motivando a se desfazer dos mesmos. Artières (1998) ressalta que tendemos a manipular a existência, selecionando algumas coisas e deixando outras de fora, afirmando que essas práticas múltiplas têm um caráter de subjetivação ou preocupação com o eu. O arquivamento do eu é, assim, uma prática de construção de si mesmo e tem diversas finalidades. Para existirmos e não sermos excluídos da sociedade, precisamos nos inscrever. Sendo assim, a manutenção de arquivos pode ser uma forma de contribuição para o conhecimento do gênero humano.

Le Goff (1992) e Santos (1986), em alguns trabalhos, objetivam a viabilização da expressão de diversas vozes, na construção da história, incluindo memórias de grupos e indivíduos diversificados. Canen e Xavier ressaltam como fontes históricas não-convencionais "(...) oferecem substratos concretos para se reconstituir, a partir das vozes plurais dos sujeitos, narrativas históricas não-lineares, descentradas e múltiplas (...)" (Canen e Xavier, 2000: 76)

Ainda que não estejamos trabalhando com textos produzidos pelas próprias pessoas em questão, uma vez que elas mesmas apresentam limitações em suas alfabetizações, estamos trabalhando com textos que documentam suas trajetórias de vida e o fato de terem guardado por tanto tempo os mesmos, leva-nos a percepção de "uma espécie de ato autobiográfico", como aponta Lejeune (1997), que lembra:

A indústria editorial não pode se interessar senão por um pequeno número de histórias de vida: de escritores conhecidos, pessoas famosas (que em geral mandam outros escreverem!) ou testemunhos de impacto sobre um tema da atualidade. (p. 112)

A análise e o arquivamento de documentos de pessoas comuns, não privilegiadas, levam ao reconhecimento de mais vozes, mais fontes, na percepção da realidade, pois suas vidas abarcam "(...) todo o corriqueiro e o cotidiano da vida, guerras, amores, infâncias, andanças, fracassos e êxitos (...)". (Lejeune, 1997: 112)

Em nosso cotidiano, todos nós somos marcados por papéis, escritas privadas e públicas. Alfabetizados ou analfabetos lidam cotidianamente com o escrito e só existem oficialmente através de registros escritos: certidões de nascimento, de casamento, carteira de identidade, CPF, título de eleitor, passaporte. Sendo que a análise dos mesmos pode trazer contribuições para o entendimento do contexto mais amplo no qual foram produzidos.

Salientamos que os documentos analisados representam parte da vida cotidiana de pessoa comum, de origem popular e seus familiares, e trazem consigo marcas de uma história que ultrapassa a virada de um milênio, e desta forma trazem elementos para uma análise que não fica restrita ao individual dando pistas de algo maior.

No caso específico, a história de um homem, português, que vivenciando o processo de desintegração do suposto equilíbrio europeu que deu origem à II Guerra Mundial e, pessoalmente, temendo ser convocado para participar desta por "fazer parte das tropas activas na situação de disponibilidade em 15-8-1938", como consta na caderneta militar encontrada, solicita licença para ausentar-se de seu país, buscando o Brasil em 1940.

Busca novo país, novo continente, nova realidade, distanciando-se não só de seus referenciais culturais, como de sua família: esposa e três filhos (todos com menos de 5 anos, sendo que o mais novo tinha 2 meses). Passa a ver estes esporadicamente quando consegue retornar a Portugal, ao mesmo tempo em que são viabilizadas condições para que todos venham, gradativamente, para o Brasil. Condições que devem ser asseguradas através da oficialização de documento específico, a Carta de Chamada, na qual o Sr. Manuel deve solicitar junto ao Consulado, a repatriação de seus parentes, tendo que se obrigar "a garantir trabalho julgado suficientemente remunerado ou a prestar alimentos".

Processo conquistado em definitivo, quinze anos após sua chegada, com a vinda de sua esposa e de seu filho mais novo. Deixando para trás um período repleto de dificuldades e limitações econômicas, para encontrar outras tantas em nosso território.

Através da reconstituição da memória de uma vida, de uma existência, ampliamos o que antes conhecíamos e não permitimos o silenciamento de uma história, que se perderia caso não houvesse registro, reconstruindo inclusive a história de algumas formas de registro, nos diferentes tempos representados.

Ao analisar o uso da escrita, Viñao (2001) apresenta uma classificação, segundo os contextos em que a mesma é produzida e utilizada. Em tal tipologia, podemos caracterizar os documentos analisados como rituais, ou aqueles certificadores de um ato ou realidade, como nascimento, casamento, óbito, enfim. Onde "(...)o texto escrito é ao mesmo tempo elemento constitutivo e probatório, num contexto geralmente formalizado na sua disposição gráfica e expressão". (Viñao, 2001: 40)

Utilizando a contribuição do mesmo autor, identificamos nos documentos analisados características de ordem administrativa, em suas diversas formas. Quanto a este tipo de escrita ressalta-se que:

Este é sem dúvida, um dos campos em que o escrito e o impresso têm encontrado o solo mais fértil para a sua expansão, por vezes incontrolada, e que leva a realçar aquilo a que, hoje em dia, se chama de analfabetismo funcional. Ainda assim, um aspecto a salientar, neste contexto, seria o da substituição de umas técnicas e formas de escrito por outras, por exemplo, da escrita manual pela feita com a máquina de escrever, e desta última pela escrita eletrônica. (p.38)

Este aspecto pode ser percebido ao analisarmos documentos mais antigos e mais recentes. Percebendo o quanto a escrita indica a existência de um contexto de produção e de uma realidade representada de diferentes formas, na vida cotidiana, acompanhando inclusive o surgimento e uso de novos recursos tecnológicos.

No caso dos documentos analisados, nem sempre encontramos uma ordem cronológica, não havendo a substituição. Porém podemos observar diferentes técnicas: o manuscrito, o impresso, o datilografado ou o uso de carimbos.

Uma vez que algumas destas escritas foram produzidas, como podemos ler nas mesmas, "a rogo do requerente por não saber escrever", servem também como exemplos da escrita delegada definida por Viñao (2001) como:

(...) escrita por, ou em nome de, outro nas suas diversas modalidades, desde a contratação ocasional ou permanente de escribas ou secretários, até à assinatura por quem não sabe ou não pode assinar, ou o exercício mais ou menos corrente da mediação por parte de sacerdotes, professores, etc., a quem recorriam os analfabetos ou semi-analfabetos, quando precisavam escrever alguma carta ou outro tipo de texto." (p.40)

O trabalho de ler e escrever para outros tem sido realizado de diferentes maneiras segundo o contexto social e o momento histórico (Kalmam, 2002), e a existência de mediadores pode ser detectada em diferentes épocas e culturas, incluindo a atualidade.

Podemos aqui relembrar a realidade tão bem retratada no filme Central do Brasil, onde a personagem Dora (representada pela atriz Fernanda Montenegro) escreve cartas para aqueles que não podem fazê-lo, por não dominarem a escrita. Pessoas comuns, que segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), compõem a população analfabeta deste país, com 13,5 milhões, 9,5% da população acima dos 15 anos de idade, sem perspectiva de mudança, pois não frequentam cursos para aprender a ler e escrever, conforme reportagem publicada pelo jornal O Globo, em 22 de maio, deste ano (2009), tendo por base a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), com dados captados em 2007.

Kalman (2002) ressalta que a cultura escrita não se limita apenas à análise das grandes obras literárias, ou aos tratados científicos e textos legais e administrativos, pois abrange também e sobretudo as práticas, os usos e as convenções da palavra escrita e as maneiras como são construídos e apropriados. Desta forma, contribui com o nosso trabalho, ressaltando ainda como numa perspectiva histórica, a alfabetização em massa é um objetivo social, político recente, repleto de limitações.

Sendo assim, não podemos ver como exclusividade a realidade encontrada em países como Brasil e Portugal (Magalhães, 1996), em que tantos são não-alfabetizados (analfabetos) e outros tantos são analfabetos funcionais, iletrados. Podemos ainda citar as análises apresentadas por Gibelli (2002) sobre a realidade italiana, e por Castillo (2001) sobre a Espanha, entre outras.

Devemos ainda lembrar que, para quem vive em uma sociedade como a nossa, complexa, onde tudo se organiza pelo escrito e em torno dele, mesmo sem dominar o código, todos os sujeitos relacionam-se com a escrita, sendo obrigados a produzirem estratégias, saídas, táticas (Certeau, 1992), capazes de permitir que se movam nos espaços, na vida, mesmo sem saber ler e escrever esse código, ou fazendo-o com limitações, pois caso não elaborem estratégias estarão excluídos, a margem da sociedade.

Faz-se mister salientar que, neste caso, os documentos analisados são textos oficiais, administrativos e foram produzidos pela lógica do controle escrito. Lógica presente em nossa sociedade e que imprime um caráter burocrático à vida de todos. Vidas que ao não serem controladas, disciplinarizadas pela escrita, passam como indigentes, sendo excluídas uma vez que não estão inscritas no sistema. Inscrição necessária, pois devem ser controladas, através de matrículas, cartórios, bancos, deixando de serem vidas para serem registros, números, nomes, senhas.

Neste caso mais específico, estamos falando do controle que abrange desde o nascimento ao óbito, que devem ser certificados, passando por toda trajetória de vida que deve ser constantemente identificada (carteira de identidade), profissões (carteira de trabalho), viagens (passaportes e, no caso por serem imigrantes, inscrições consulares), domicílio (contratos de locação) e propriedades (escrituras de compra e venda), relações de parentesco (certidão de casamento) e, até mesmo, de saúde (controle de vacinações, e como mostra o documento "certificado de sanidade", que deveria ser renovado a cada 2 anos).

Identificamos a necessidade de inscrição oficial, através de diferentes documentos, como uma forma de disciplinarização, de controle de vidas, através do escrito, do registrado. Foucault (1987) estudou o processo de disciplinarização como algo fabricado em uma relação de dominação, que produziu exércitos, prisões e escolas. Instituído a partir desse momento, um mecanismo de vigilância, sempre presente, visível, permanente e que implica em coerção ininterrupta que permite "o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõe uma relação de docilidade-utilidade". (Foucault, 1987: 126) Mais que o vivido, vale o que está registrado através da escrita, e mais do que isto, através da escrita oficial, que vigia, manipula e determina a suposta existência, ou não.

O jornal O Dia (21/06/2009), ressalta que:

No país, 400 mil bebês ficam em situação de sub-registro - 13% dos nascimentos em hospitais públicos, segundo o IBGE. Sem o documento, a pessoa é um excluído social - não tem acesso às redes públicas de saúde e educação, não pode receber benefícios sociais ou ter trabalho formal. Campanha federal tem a meta de reduzir o índice nacional de sub-registro para, pelo menos, 5% até 2010.

Os "sem-papéis" são eternamente excluídos do sistema, não tendo acesso inclusive a direitos básicos que devem ser garantidos a todos.

Queremos ainda recuperar algumas considerações ressaltadas por Giddens (1991), que ao analisar as dimensões básicas da modernidade e suas inter-relações, contribui com aspectos bem interessantes:

(...)A vigilância, por sua vez, é fundamental a todos os tipos de organização associados à ascensão da modernidade, em particular o estado-nação, que se entrelaça historicamente com o capitalismo em seu desenvolvimento mútuo. Da mesma forma, há vínculos substantivos íntimos entre as operações de vigilância dos estados-nação e a natureza alterada do poder militar no período moderno.(p.64)

Ainda que percebamos "tecnologias de dominação", utilizadas para conhecer os indivíduos para governá-los, não podemos desconsiderar as "tecnologias do eu", nas quais a prática do autoconhecimento habilita a governar-se, a autocontrolar-se (Foucault, 1994). Mesmo que saibamos dos diferentes condicionantes da realidade, a percepção e análise destes através da reflexividade proposta por Giddens (1991) possibilita a alteração das condições de reprodução e das circunstâncias às quais elas se referem, entendendo a historicidade, como um meio de romper com o passado, mantendo apenas aquilo que se julgar justificado.

Retornando ao nosso objetivo ao iniciar este trabalho, percebemos como a escrita enquanto prática social está determinada historicamente, envolvendo a vida de todos aqueles que fazem parte de sociedades que utilizam o código escrito. Ao analisarmos suas implicações na vida cotidiana percebemos que da mesma forma que controlam existências, ampliam possibilidades de atuação, através de seu domínio.

Por isto mesmo devemos lutar: por um lado, pela ampliação dos estudos sobre a escrita e seus efeitos sobre a vida de cada um de nós e de todos nós, verificando sua influência na vida cotidiana da humanidade; e por outro, pela superação de condições mundiais de exclusão, que limitam o acesso de grande parte da população ao processo de leitura e escrita. Leitura e escrita de textos, leitura e escrita de vidas.

#### Referências Bibliográficas

ARTIÈRES, P. O arquivamento do eu. In Estudos Históricas. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1998. pp.9-34.

CANEN, A. e XAVIER, L. N. Multiculturalismo, memória e história da educação brasileira: reflexões a partir do olhar de uma educadora alemã no Brasil imperial. In: MIGNOT, A. C. V. et alli (Org.). Refúgios do eu: educação, história e escrita autobiográfica. Florianópolis, Mulheres: 2000. pp.63-79.

CERTEAU, M. A invenção do cotidiano: artes de fazer. Petrópolis, Vozes, 1994.

CASTILLO GÓMEZ, A. Cultura escrita y clases subalternas: uma mirada española. Oiartzun: Sendoa, 2001.

**FOUCAULT, M.** Hermenêutica del sujeto. (ed. e trad. de Fernando Alvarez-Úria). Madrid: La Piqueta, 1994.

**GIBELLI, A.** Emigrantes y soldados. La escritura como práctica de masas em los siglos XIX y XX. In: GOMEZ, A. C. (org.) Cultura, escrita y clases subalternas; una mirada española. Oiartzun, Sendoa, 2001. pp.155-172.

**GIDDENS, A.** As conseqüências da modernidade. São Paulo: UNESP, 1991.

**KALMAN, J.** El escribano publico: mediador de la cultura escrita para la clase popular. In: CASTILLO GÓMEZ, A. (org.). La conquista del alfabeto. Escritura y clases populares. Gijón, Trea, 2002, em prensa

**LE GOFF, J.** História e memória. Campinas: UNICAMP. 1992.

**LEJEUNE, P.** O guarda-memória. In: Estudos históricos: indivíduo, biografia, história. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1997. pp.111-119

**MAGALHÃES, J. P.** Linhas de investigação em história da alfabetização em Portugal. In: Revista Brasileira de Educação. No. 2, 1996. pp.42-60.

**SANTOS, A. C. M.** Memória, História, Nação; propondo questões. Tempo brasileiro, n. 87, p.5-13. 1986.

**SECCHIN, A. C. (Org.).** Poesia completa/Cecília Meireles. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

**VIÑAO FRAGO, A.** Por uma história da cultura escrita; observações e reflexões. Escola Superior de Educação de Santarém: Cadernos do Projecto Museológico sobre Educação e Infância. No. 77, V/2001.